

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/01/2025 | Edição: 21 | Seção: 1 | Página: 45

Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços/Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

RESOLUÇÃO GIPI/MDIC Nº 13, DE 28 DE JANEIRO DE 2025

Aprova a revisão do Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual.

O PLENÁRIO DO GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - GIPI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 9.931, de 23 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do Plano de Ação anexo a esta Resolução para implementação e monitoramento da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual - ENPI para o biênio 2023-2025.

Parágrafo Único. As informações complementares ao anexo desta Resolução que se fizerem necessárias como parte do processo de implementação e monitoramento do Plano de Ação 2023-2025 serão publicadas diretamente no Portal de Propriedade Intelectual (<https://www.gov.br/pt-br/propriedade-intelectual>).

Art. 2º Fica revogada a Resolução GIPI/MDIC nº 8, de 18 de outubro de 2023.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDREA PEREIRA MACERA

Presidente do Grupo

ANEXO I

IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DO PLANO DE AÇÃO 2023-2025



Presidido pela Secretaria de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SCPR/MDIC) e secretariado pelo Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade (DEPIQ/SCPR/MDIC), o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), instituído pelo Decreto nº 9.931, de 23 de julho de 2019, é responsável pela implementação e monitoramento da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI).

A implementação da ENPI é realizada por planos de ação publicados por Resolução do GIPI a cada 2 anos, buscando sempre o alinhamento com o objetivo, as metas e as diretrizes da ENPI. Para a consecução deste Plano foi realizada uma série de reuniões conjuntas entre todos os pontos focais e reuniões bilaterais da Secretaria Executiva do GIPI com membros do GIPI e órgãos convidados, a fim de orientar e alinhar cada proposta ao contexto geral da ENPI. Além disso, foi feita Tomada Pública de Subsídios e Oficina aberta à sociedade civil para a construção de propostas e iniciativas para o Plano.

As ações prioritárias e entregas foram discutidas e validadas em conjunto com os respectivos coordenadores (órgão de governo ou entidade da sociedade civil), considerando as diretrizes de governo, as agendas ministeriais, o Plano Plurianual 2024-2027, as contribuições da sociedade civil, bem como a capacidade de execução de cada entidade ou órgão coordenador e seus parceiros.

O monitoramento do Plano será feito por meio de relatório semestral de andamento de execução das entregas, elaborado pela Secretaria Executiva do GIPI, para encaminhamento aos membros do GIPI e posterior publicação no Portal de Propriedade Intelectual.

Qualquer alteração na estrutura organizacional, na coordenação das ações, eventuais adequações ao Plano de Ação 2023-2025, os relatórios de acompanhamento, quaisquer documentos complementares e a revisão anual do Plano de Ação serão publicados no Portal de Propriedade Intelectual (www.gov.br/pt-br/propriedade-intelectual).

METAS

A ENPI é norteada por um conjunto de metas, com vistas ao aumento da competitividade econômica e da prosperidade nacional (Anexo do Decreto nº 10.886, de 2021). Cada plano de ação deve identificar metas próprias que possam contribuir para a avaliação da eficácia, eficiência e efetividade para alcance das metas da ENPI. Para o Plano de Ação 2023-2025, serão acompanhadas as seguintes metas a serem atingidas até o final dos seus dois anos de vigência:

Meta 1 - Pedidos de patentes decididos em 3 anos contados da data do depósito

Valor de referência: 6,9 anos (dezembro de 2022).

Meta 2 (composta)

i. Brasil na 3^a posição entre os países em número de registros de marcas

Valor de referência: 6º (2022)

ii. Brasil na 11^a posição entre os países em número de depósitos de desenhos industriais

Valor de referência: 12º (2022)

Meta 3 - 450 projetos beneficiados por mentorias e capacitação em PI

Valor de referência: 227 (2022)

As metas escolhidas são orientadas para contribuir para a construção ou estruturação dos resultados pretendidos no longo prazo para a ENPI, refletidos nas Metas Globais da ENPI.

ANEXO II

AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA 2023-2025

EIXO 1: PROPRIEDADE INTELECTUAL PARA A COMPETITIVIDADE E O DESENVOLVIMENTO	
Fomentar a geração e o uso estratégico da propriedade intelectual (PI) em prol do interesse nacional para a promoção da competitividade e do desenvolvimento de negócios no Brasil e no mundo. As ações deste eixo são direcionadas à geração e à agregação de valor de PI aos bens, serviços e processos, que por sua vez resultarão em maior competitividade e geração de renda contemplando as especificidades e competências regionais	
AÇÕES PRIORIZADAS	
EIXO 1 - AÇÃO 1.2: Implementar iniciativas, projetos ou programas para incrementar o número de pedidos de proteção à PI no País.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Ações de sensibilização para as startups do Inovativa terem maior interesse na proteção de seus potenciais ativos de PI.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Mapeamento e aplicabilidade de requisitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inclusão em editais de fomento da CAPES, e realização de workshop com as entidades interessadas.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Realização das ações do "Programa de Mentoria em Propriedade Intelectual" do INPI.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Palestras virtuais para universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) sobre propriedade intelectual, incluindo busca de parcerias com a indústria.	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
Workshops regionais para difusão de casos de sucesso de utilização prática e estratégica de propriedade intelectual.	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
EIXO 1 - AÇÃO 1.3: Implementar medidas para facilitar a identificação, comercialização e industrialização de PI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Sessões de mentorias em propriedade intelectual e negócios para projetos selecionados nos ciclos do programa "Empreendedoras.tech", em parceria com a ICC Brasil.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Estudos de prospecção tecnológica e de inteligência estratégica para atender à formulação e à implementação de políticas públicas.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Palestras virtuais para universidades e Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) sobre propriedade intelectual aplicada às áreas de farmacêutica e de agronegócios, e identificação de produtos e processos de interesse para a interação entre os atores envolvidos.	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
Produção de cartilhas sobre propriedade intelectual.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Eventos para estimular o incremento de ICTs com política de inovação implementadas a constituição de Núcleos de Inovação Tecnológica para melhoria da gestão da política de inovação das ICTs, incluindo a gestão de Propriedade intelectual e a transferência de tecnologia.	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
EIXO 1 - AÇÃO 2.1: Estimular a oferta e a demanda de serviços especializados em PI para apoiar empresas na definição de estratégias adequadas, instruir quanto à gestão de ativos e à condução dos trâmites de registro e depósito junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para resguardar sua propriedade intelectual.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Oficinas sobre serviços especializados em propriedade intelectual, "IP Days" e cursos de treinamento para uso dos monitoramentos de pedidos de patentes (MPP).	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
Divulgação dos serviços de propriedade intelectual do SEBRAETEC.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Revisão e aprimoramento das fichas técnicas de serviços e mobilização de potenciais fornecedores para credenciamento no SEBRAETEC.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
EIXO 1 - AÇÃO 2.2: Orientar PMEs que detém pouco ou nenhum conhecimento em relação à PI, não possuem PI, nas quais, entretanto, pode haver oportunidades de obtenção de DPI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Propostas de inserção estratégica de propriedade intelectual em programas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e de órgãos e entidades parceiros.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Produção de vídeos para orientar sobre propriedade intelectual.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)
EIXO 1 - AÇÃO 3.2: Prover condições e estimular o uso de ativos de PI como garantia para obtenção de crédito junto a instituições financeiras, especialmente para PMEs.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Levantamento de benchmarking internacional para fundamentação de proposta de regulamentação do uso de ativos de PI como garantia para obtenção de crédito.	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
Lançamento e divulgação do relatório "Cenário da utilização de ativos de Propriedade Intelectual como garantias de financiamento no Brasil".	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Realizar seminário sobre "valuation", de acordo com a metodologia utilizada pelo Exército Brasileiro e sobre a possibilidade do uso de ativos de PI como garantia para obtenção de crédito junto a instituições financeiras, em outros países.	Ministério da Defesa (MD)
EIXO 1 - AÇÃO 3.4: Conferir pontuação diferenciada em editais de inovação para projetos que apresentarem estado da arte com base em informações de patentes e indicação do método de proteção da inovação almejada.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Mapeamento e aplicabilidade de requisitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inclusão em editais da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e em bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), entidades vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), e realização de workshop com as entidades interessadas.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Proposta de cláusulas-tipo de propriedade intelectual para inclusão em contratos de financiamento à inovação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 1 - AÇÃO 3.6: Modernizar, adaptar ou ampliar instrumentos de incentivo e benefício fiscal para empresas que invistam em Inovação e geração de ativos de PI com o objetivo de aumentar significativamente o número de empresas que podem fazer uso desses instrumentos.	



ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Estudo para embasar proposta para extinguir cobrança de impostos sobre remessas internacionais com finalidade de pagamentos com despesas de proteção de propriedade intelectual no exterior.	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
EIXO 1 - AÇÃO 4.2: Implementar ações para promoção e fortalecimento da economia do conhecimento e da PI em regiões e, principalmente, em localidades do País de menor desenvolvimento relativo, inserindo-a na rota de geração de inovação no País e nas cadeias globais de valor.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Realização de evento informativo para produtores de mel de aroeira do norte de Minas Gerais (MG), sobre benefícios da gestão coletiva de Indicação Geográfica.	Ministério das Relações Exteriores (MRE) / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Divulgação de estudo sobre desafios após o registro de Indicação Geográfica (IG), tendo por base o caso da IG de mel de aroeira do norte de Minas Gerais (MG).	Ministério das Relações Exteriores (MRE) / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
EIXO 1 - AÇÃO 4.3: Inserir PI como ferramenta para apoiar a organização e diversificação da produção agropecuária em regiões e, principalmente, em localidades de menor desenvolvimento relativo do Brasil, contemplando ações voltadas para Indicações Geográficas e Marcas Coletivas.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Desenvolvimento e implementação de sistema digital para o controle e a rastreabilidade de produtos de Indicações Geográficas (IGs) e de plataforma de gestão de dados das IGs brasileiras.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Realização de dois seminários junto a produtores da IG de Mel de Aroeira do Norte de Minas Gerais com vistas à aprimoramento de modelo para gestão coletiva de IGs	Ministério das Relações Exteriores (MRE) / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Divulgação de guias sobre estratégias de gestão coletiva e governança de Indicações Geográficas	Ministério das Relações Exteriores (MRE) / Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Lançamento de edital para apoio ao desenvolvimento e promoção de Indicações Geográficas por meio da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.	Ministério da Educação (MEC)
EIXO 1 - AÇÃO 4.4: Capacitar agentes locais das regiões de menor desenvolvimento relativo, em especial da região amazônica em conhecimentos sobre ferramentas de PI, como prioridade para Patentes Verdes, proteção a Cultivares, a Indicações Geográficas e a Marcas Coletivas, para promoção do desenvolvimento sustentável na região.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Mobilização e capacitação em propriedade intelectual de atores do Ecossistema Local de Inovação (ELI) da região amazônica.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Realização da 2ª edição do Curso de Patentes e Bionovação.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Realização da Oficina de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas para produtores da região amazônica.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Lançamento do Programa-Piloto de Mentoria em Indicações Geográficas para produtores da região amazônica.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Constituição de um observatório de tecnologias verdes em parceria com o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Capacitação de comunidade quilombola em PI.	Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido (UKIPO)
Projeto de capacitação de estudantes de design em propriedade intelectual para o atendimento às demandas de design gráfico das IGs da região norte.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
EIXO 1 - AÇÃO 5.1: Desenvolver programa de fomento à transferência de tecnologia e licenciamento de DPI, utilizando a estrutura dos centros de inteligência e assistência, dedicado às seguintes iniciativas:	



SUB-AÇÃO 5.1.2: Promover o marketplace nacional de ativos de PI disponíveis para cessão ou licenciamento que compreenda o portfólio de todos os ativos de PI e, em especial, dos setores definidos como estratégicos para o desenvolvimento econômico sustentável.	
SUB-AÇÃO 5.1.3: Aumentar a capacidade e estabelecer padrões de gerenciamento da PI e normatização dos processos internos referentes à análise de proteção (por exemplo, análise de patenteabilidade) em universidades e institutos de pesquisa públicos para aprimorar ou unificar sistemas de gestão de portfólio de PI.	
SUB-AÇÃO 5.1.8: Articular a ENPI com políticas, estratégias e marco Legal para o empreendedorismo inovador, com vistas a ampliar oportunidades de transferência de tecnologia disponíveis nos ICTs para licenciamento ou cessão de DPI para viabilizar novos negócios.	
SUB-AÇÃO 5.1.9: Criar mecanismos de articulação para mitigar a dependência tecnológica na área da saúde de interesse nacional por meio de incentivo ao uso de ativos de PI disponíveis ou estado da técnica que compreenda, mas não se limite a incentivar parcerias intersetoriais entre setor público e privado, universidades e setor não governamental.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Desenho de programa de apoio à transferência de tecnologia e a parcerias para geração de ativos de PI entre ICTs e empresas, promovendo o uso estratégico da PI e levando conhecimento e tecnologia das ICTs ao mercado e à sociedade, considerando a Nova Indústria Brasil (NIB).	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Implementação de um piloto do programa de apoio à transferência de tecnologia e a parcerias para geração de ativos de PI entre ICTs e empresas.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Diagnóstico sobre as capacidades e competências necessárias nas IFES para gestão e comercialização da propriedade intelectual e transferência de tecnologia.	Ministério da Educação (MEC)
Plano de Trabalho para endereçar as necessidades diagnosticadas, conforme priorização e capacidade de execução dos órgãos envolvidos.	Ministério da Educação (MEC)
Realização de rodadas de matchmaking em tecnologias verdes entre empresas e Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) para fins de desenvolvimento tecnológico colaborativo.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Grupo Técnico com objetivo de propor mecanismos de incentivo à inovação no complexo econômico e industrial da saúde criado no âmbito do MS.	Ministério da Saúde (MS)
Eventos de capacitação em PI para ICTs vinculadas ao MS para estruturação de seus respectivos NITs.	Ministério da Saúde (MS)
EIXO 2: DISSEMINAÇÃO, FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM PI	
Promover ações para disseminar a cultura de PI entre agentes econômicos, consumidores, comunidade acadêmica e a sociedade em geral, com o propósito de tornar o sistema e suas ferramentas conhecidas para inventores, criadores, cientistas e empresários, bem como formar e capacitar profissionais de diversas áreas no tema.	
AÇÕES PRIORIZADAS	
EIXO 2 - AÇÃO 1.1: Executar plano de comunicação para divulgação da implementação de ações propostas pela ENPI e de seus resultados à sociedade e aos agentes do SNPI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Formulação e implementação de plano de comunicação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI).	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 2 - AÇÃO 1.2: Promover uma ampla e sustentada campanha pública de educação e conscientização sobre o que é e sobre a importância dos DPI para: a) o crescimento econômico; b) a criação de empregos; c) a promoção da criatividade; d) o enriquecimento cultural; e) o progresso tecnológico; e f) o desenvolvimento territorial.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Criação de material de alcance nacional, incluindo linguagem regional, para divulgação sobre a importância dos DPI.	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
Publicações educativas sobre tópicos relevantes e atualizações na temática da Propriedade Intelectual e sustentabilidade.	International Chamber of Commerce (ICC Brasil)
Campanhas educativas para sensibilização sobre a relação entre propriedade intelectual e sustentabilidade.	International Chamber of Commerce (ICC Brasil)

Eventos para divulgação de publicações e casos concretos de associados da International Chamber of Commerce (ICC) e de stakeholders parceiros sobre como a propriedade intelectual contribui efetivamente para a sustentabilidade, em suas 3 dimensões, econômica, social e ambiental, e para a busca de soluções aos desafios globais.	International Chamber of Commerce (ICC Brasil)
EIXO 2 - AÇÃO 1.3: Promover uma ampla e sustentada campanha pública sobre os prejuízos e consequências da pirataria e da contrafação para: a) as indústrias e, consequentemente, economias locais; b) a reputação do Brasil na economia global em termos de atração e retenção de investimentos estrangeiros; c) o licenciamento de PI de conteúdo estrangeiro para produção e consumo local; d) os empregos e a receita tributária; e) a remuneração dos criadores; f) o financiamento de organizações criminosas locais; e g) a saúde e a segurança públicas.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Elaboração de cartilha ilustrativa ou no formato de vídeo de até 30", retratando os riscos do uso de medicamentos e de produtos falsificados para a saúde da população.	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
Divulgação de vídeo educativo orientando a população a identificar produtos falsificados, distinguindo-os de produtos originais.	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
Campanha de combate a produtos ilegais: "Agricultor de Valor".	CropLife Brasil
Estudos sobre formas de fomentar difusão da PI e conscientização da sociedade sobre os prejuízos ocasionados pela violação dos direitos de PI.	Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)
EIXO 2 - AÇÃO 1.4: Criar um slogan nacional para difusão da PI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Redação de edital de chamamento público para apresentação de propostas e escolha do slogan a ser utilizado na Campanha Nacional e apoio a sua divulgação pelas mídias da ABPI.	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
EIXO 2 - AÇÃO 1.6: Fazer uso assertivo de vários tipos de mídias disponíveis para a ampla assimilação de conhecimento sobre PI pela sociedade, preferencialmente sem, entretanto, se restringir às mídias sociais: a) estabelecer campanhas educacionais em escolas e faculdades; e b) estabelecer campanhas dedicadas aos pequenos negócios.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Identificação de parcerias para o desenvolvimento dos jogos vencedores do "IP Challenge - Game Hackaton", que premia jogos criados para a conscientização de empresários e universitários sobre propriedade intelectual.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Criação de material de alcance nacional com foco em público jovem para divulgação sobre a importância dos DPI.	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
EIXO 2 - AÇÃO 1.8: Instituir premiação anual nacional destinada à PI e dar destaque aos principais agentes da inovação e criação.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Edição anual do Prêmio Patente do Ano da ABPI, com novas categorias de reconhecimento para premiação.	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
EIXO 2 - AÇÃO 2.1: Comemorar o dia da PI com eventos nacionais e regionais pelo País, concursos, premiações, serviços, capacitações entre outras formas de mobilização e divulgação do tema.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Organização de chamada pública para sessões de mentorias no contexto da Semana de Comemoração do Dia Mundial da PI, em parceria com a International Chamber of Commerce (ICC Brasil).	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Coordenação das iniciativas nacionais para comemoração do Dia Internacional da Propriedade Intelectual_Edição de 2024.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Coordenação das iniciativas nacionais para comemoração do Dia Internacional da Propriedade Intelectual_Edição de 2025.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 2 - AÇÃO 2.2: Inserir painéis de PI em grandes eventos existentes voltados a temas diversos como inovação, setores da indústria, agronegócio, economia criativa, entre outros, para despertar a consciência do setor produtivo para a relevância da PI na economia do intangível.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO



Sessões de mentoria e de disseminação em PI aplicada aos negócios, por meio de especialistas do IP Mentoring Hub da ICC Brasil, no âmbito de programas e projetos do MDIC, para atingir públicos variados, incluindo representantes de universidades, startups, PMEs.	International Chamber of Commerce (ICC Brasil)
Realização de evento anual internacional "Seminário Internacional Patentes, Inovação e Desenvolvimento" (SIPID).	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
Organização de painel sobre propriedade intelectual em eventos com participação da CNI, como exemplo: o Congresso de Inovação CNI.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Promoção de evento - Fórum Bioinsumos Brasil: Inovação e Crescimento Sustentável para o setor agrícola.	CropLife Brasil
EIXO 2 - AÇÃO 3.1: Criar um portal de PI voltado ao usuário, capaz de:	
SUB-AÇÃO 3.1.6: Disponibilizar conteúdo dedicado à disseminação da PI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Manutenção e ampliação do site "PI faz acontecer", com publicação de informações sobre propriedade intelectual, disseminação, eventos e capacitações.	Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA)
EIXO 2 - AÇÃO 4.2: Expandir a oferta de disciplinas dedicadas ao ensino de aspectos de PI em programas de pós-graduação.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Fomento à utilização efetiva de requisitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia para avaliação dos programas de pós graduação junto à CAPES.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)/Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 2 - AÇÃO 4.3: Avaliar a possibilidade de inclusão da PI como disciplina obrigatória em cursos técnicos.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Plano de trabalho com possibilidades de inserção de saberes acerca de PI nos percursos formativos dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica.	Ministério da Educação (MEC)
Estudos sobre formas de incluir a PI na grade curricular do ensino médio e/ou de cursos técnicos e tecnológicos.	Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)
EIXO 2 - AÇÃO 4.5: Implementar iniciativas de conscientização de crianças, jovens e adultos sobre a importância de PI em sua vida cotidiana, oportunidades, desafios e responsabilidades no papel de inventores ou consumidores.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Realização de dois projetos-pilotos de mentoria para mulheres no âmbito do "Programa-piloto de Mentoria em PI" (PMPI).	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Produção de estudo de pedidos de patentes com mulheres inventoras, com uso de dicionários de nomes.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Inserção do campo "gênero" nos formulários de solicitações do INPI.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Realização do evento "Inclusão e Propriedade Industrial".	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Realização do evento "Negros e Negras na Propriedade Industrial".	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Realização da exposição "Afro-Raízes da Propriedade Industrial", no INPI.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Organização da VI Reunião Regional da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) sobre "Propriedade Intelectual e Equidade de Gênero".	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Realização da II edição do Prêmio PI nas Escolas, com apoio do MEC.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Distribuição do Guia do Professor de PI, com banco de atividades.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Divulgação de vídeos sobre PI para docentes e para o público infanto-Juvenil.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Realização dos Encontros Regionais de Inserção da PI na Educação Básica.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Realização do II Encontro Nacional de Inserção da PI na Educação Básica.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)



Realização da iniciativa "O Encanto da PI: Propriedade Intelectual para Meninas STEAM".	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Desenvolvimento de conteúdo sobre propriedade intelectual para a Plataforma AVAMEC, em parceria com MEC.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Disponibilização de conteúdo sobre propriedade intelectual na plataforma AVAMEC.	Ministério da Educação (MEC)
Seminário sobre a importância da propriedade intelectual nos ensinos fundamental, médio e superior.	Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI) / Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI)
EIXO 2 - AÇÃO 4.6: Desenvolver orientações aos usuários não especializados, utilizando linguagem de negócios, para que tenham condição mínima de identificar potenciais ativos de PI, compreender a existência de requisitos legais e, portanto, a necessidade de análises prévias ao seu registro, de forma a ter uma competência mínima necessária para demandar atentamente serviços técnicos especializados.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Elaboração e divulgação de material sobre propriedade intelectual com linguagem de negócios para micro e pequenas empresas, em formato digital, impressos e vídeos.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial como apoio para registro de marcas pelos pequenos negócios	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)
Planejamento e execução de treinamento para sensibilização e aculturamento sobre temas de DPI em até 14 localidades.	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
Treinamentos e mentorias visando à capacitação de gestores e empresários, para que possam identificar oportunidades de geração de ativos de propriedade intelectual.	Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)
EIXO 2 - AÇÃO 4.7: Estruturar e estabelecer programas contínuos de ensino a distância para as categorias de público-alvo definidas como prioritárias (potenciais usuários dos sistemas de proteção de PI) e potencializar os cursos já existentes e promovidos gratuitamente por associações nacionais, internacionais e academias.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Capacitação, à distância, em negociação de contratos que transacionam ativos intangíveis (transferência de tecnologia, licenciamentos, desenvolvimento conjunto, cooperação universidade -empresa e outros).	Licensing Executives Society (LES Brasil)
Disponibilização de cursos de PI na plataforma EV.G da ENAP.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
EIXO 2 - AÇÃO 4.8: Disponibilizar curso de capacitação gerencial em PI, com conteúdo básico, intermediário ou avançado, para que as empresas entendam como agregar valor com ativos de PI, como gerir esses ativos e, especialmente, como comercializá-los.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Desenvolvimento de conteúdo e capacitação para profissionais de inovação e propriedade intelectual em negociação de parcerias entre ICTs e empresas.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 3: GOVERNANÇA E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL	
Descrição: Garantir o alinhamento, a articulação e a implementação de ações da Estratégia Nacional de PI com os objetivos e diretrizes das políticas de inovação, desenvolvimento, competitividade e cultura, bem como direcionar medidas para reestruturação e fortalecimento das instâncias administrativas responsáveis pelos serviços de PI.	
EIXO 3 - AÇÃO 1.1: Proporcionar um trabalho mais efetivo e sinérgico entre os diferentes escritórios por meio de uma organização institucional que proporcione maior integração entre eles.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Retomada das atividades do Grupo de Articulação em Propriedade Intelectual e Saúde (GAPIS).	Ministério da Saúde (MS)
EIXO 3 - AÇÃO 1.4: Promover esforços para simplificar, na medida do possível, os processos para registro e concessão de DPI nos escritórios.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Operacionalização do modelo de terceirização de busca de patentes.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)



Criação do formulário simplificado de oposição de marcas.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Implementação de medidas de reestruturação da segunda instância administrativa do INPI.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
EIXO 3 - AÇÃO 1.5: Estudar formatos de propostas para que os escritórios, quando da administração pública indireta, possam adquirir autonomia orçamentária e financeira na execução dos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Estudo, com apoio da CNI, para contribuir com a identificação de potenciais medidas que assegurem previsibilidade orçamentária ao INPI.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Realização de evento sobre governança e administração de escritórios oficiais de propriedade industrial: perspectivas nacional e internacional.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)
EIXO 3 - AÇÃO 1.6: Disponibilizar serviços totalmente digitais dotados de interfaces amigáveis, intuitivas, inclusivas, que facilitem a utilização e o acesso por parte dos usuários em diferentes formatos (computadores, tablets, smartphones, entre outros).	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Implementação de ferramenta de notificação automática do andamento processual dos pedidos de PI (Notifica Gov.Br).	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Implementação de ferramenta de avaliação pós-consumo dos serviços prestados pelo INPI.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Sistema adaptado para depósito simplificado de pedidos de desenho industrial	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
EIXO 3 - AÇÃO 1.7: Promover esforços contínuos para analisar a carga de trabalho projetada, a necessidade de liquidação de backlog, os requisitos dos sistemas globais de proteção e os parâmetros de produtividade dos escritórios e, se necessário, garantir a realização dos investimentos em recursos para a manutenção do fluxo de processos em níveis ótimos para o usuário do SNPI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Contratação e treinamento de 40 examinadores de marcas.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Contratação e treinamento de 40 examinadores de patentes para as áreas de telecomunicações e biotecnologia.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
EIXO 3 - AÇÃO 1.9: Promover a capacitação dos recursos humanos dos escritórios de forma a incrementar a celeridade e a qualidade do trabalho executado, inclusive para a proteção de novas tecnologias.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Realização de workshops em tecnologias farmacêuticas para examinadores de patentes do INPI, sobre temas atuais do desenvolvimento científico e tecnológico do setor biofarmacêutico.	Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA)
Palestras sobre a área farmacêutica para examinadores do INPI, para apresentar uma visão industrial e de mercado na capacitação de examinadores de 1 ^a e 2 ^a instância.	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
Capacitação de examinadores do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), por meio de visitas de campo e seminários técnicos.	Croplife Brasil
Visitas técnicas à indústria promovidas pela CNI para examinadores do INPI.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Imersão de examinadores de patentes do INPI nos Institutos SENAI de Inovação, com o apoio do SENAI.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)



EIXO 3 - AÇÃO 1.17: Prover os escritórios com ferramentas tecnológicas adequadas para a realização dos serviços com qualidade e celeridade, com vistas ao incremento da produtividade.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Implementação do Módulo para o usuário do sistema único para automatização/otimização do processo de concessão de patentes (BPMS).	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Implantação de ferramenta de depósito Inteligente de patentes para verificação automática de erros formais.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Implantação do Sistema IPAS da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), para gestão e automação completa do macroprocesso de concessão de desenhos industriais.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

EIXO 3 - AÇÃO 1.19: Estimular os escritórios a adotarem Sistemas de Controle de Qualidade - SCQ capazes de serem implementados em várias etapas do macrofluxo de proteção e manutenção do ativo, incluídas etapas de exame (quando houver), com vistas a qualidade e celeridade.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Implantação do Sistema de revisão da qualidade dos exames de Marcas, Desenho Industrial, Patentes e abrangidos pelo Patent Cooperation Treaty (PCT).	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
EIXO 3 - AÇÃO 2.1: Estabelecer canais de comunicação efetivos para tratar de temas de PI entre os atores da administração direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Criação de Grupo Técnico no âmbito do GIPI para articulação de entregas conjuntas nas áreas de indústria, inovação e educação, sob a perspectiva da propriedade intelectual.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Criação de Grupo Técnico no âmbito do GIPI para articulação de entregas e projetos relacionados a propriedade intelectual e sustentabilidade.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 3 - AÇÃO 2.3: Promover, estimular e criar meios para melhorar o nível de conhecimento dos agentes de governo sobre PI e a importância de seu papel como facilitador transversal na agenda de inovação, competitividade e desenvolvimento do País.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Workshops para debater normas e boas práticas sobre parcerias e comercialização de PI (P & D & I) no âmbito das universidades federais e estaduais, a fim de trazer maior segurança para interpretações jurídicas que permitam um mindset inovador nas universidades e que se utilizem das flexibilidades normativas existentes para aceitar determinados riscos inerentes ao processo inovador, viabilizando parcerias entre ICTs e Empresas. Público-alvo: órgãos de controle.	Controladoria-Geral da União (CGU)
Workshops para debater normas e boas práticas sobre parcerias e comercialização de PI (P & D & I) no âmbito das universidades federais e estaduais, a fim de trazer maior segurança para interpretações jurídicas que permitam um mindset inovador nas universidades e que se utilizem das flexibilidades normativas existentes para aceitar determinados riscos inerentes ao processo inovador, viabilizando parcerias entre ICTs e Empresas. Público-alvo: procuradores federais e estaduais de universidades.	Advocacia-Geral da União (AGU) / Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Workshops para debater normas e boas práticas sobre parcerias e comercialização de PI (P & D & I) no âmbito das IFES, a fim de trazer maior segurança para interpretações jurídicas que permitam um ambiente e uma mentalidade propícios à inovação. Público-alvo: IFES.	Ministério da Educação (MEC)
Workshops para conscientização e disseminação de normas e boas práticas sobre parcerias e comercialização de PI (P & D & I) no âmbito das universidades federais e estaduais, a fim de trazer maior segurança para decisões administrativas que permitam um ambiente e uma mentalidade propícios à inovação, utilizando-se das flexibilidades normativas existentes para aceitar determinados riscos inerentes ao processo inovador, viabilizando parcerias entre ICTs e Empresas. Público-alvo: reitores e diretores de universidades federais e estaduais.	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Disponibilização de vagas em cursos sobre PI e inovação oferecidos pela ANPEI para servidores públicos lotados nos órgãos membros do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI), em turmas fechadas e de acordo com o limite de vagas pré-estabelecidas.	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI)
EIXO 3 - AÇÃO 2.8: Apoiar a elaboração da Política de Propriedade Intelectual do Ministério da Saúde.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Política de Inovação e PI do Ministério da Saúde aprovada e publicada.	Ministério da Saúde (MS)
Fornecimento de dados de vigência patentária de medicamentos ao Ministério da Saúde e ao MDIC a partir de pesquisas às bases de dados da ABIFINA, incluindo treinamentos na área de propriedade intelectual.	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
EIXO 3 - AÇÃO 2.9: Apoiar e contribuir para a implementação da Política Nacional de Inovação, nas iniciativas que envolvam PI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Mapeamento de oportunidades de sinergia entre o Plano de Ação da ENPI e as diretrizes e iniciativas nacionais de inovação publicadas pelo MCTI.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)



Plano de Trabalho para implementação das oportunidades de sinergia entre as iniciativas da ENPI e do MCTI.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 3 - AÇÃO 2.10: Fortalecer os órgãos de governança e promover a coordenação entre esses para ampliar o cumprimento da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - Lei da Biodiversidade, e seus regulamentos nos temas afetos a DPI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Palestras, eventos e treinamentos sobre o SISGEN, incluindo o Manual de Acesso ao PG e ao CTA, para auxílio à indústria e à academia na compreensão da lei de biodiversidade e do cadastro do SISGEN.	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
EIXO 4: MODERNIZAÇÃO DOS MARCOS LEGAIS E INFRALEGAIS	
AÇÕES PRIORIZADAS	
EIXO 4 - AÇÃO 1.2: Identificar as demandas de modernização de marcos legais e infralegais junto aos usuários do sistema de forma a identificar dificuldades e pontos críticos em matéria de PI, tendo como objetivo aprimorar o ambiente de negócio e aumentar a captura de valor para os produtos e processos protegidos por DPI, garantir a segurança jurídica para os titulares dos direitos e coibir a produção e comercialização de produtos ou processos que infrinjam DPI ou de produtos falsificados.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Realização do evento "Diálogo sobre regulamentação de patentes de biotecnologia" e lançamento do estudo de benchmarking internacional sobre o tema, com apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), MDIC e UE.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 4 - AÇÃO 1.3: Revisar e incrementar a legislação brasileira de Indicações Geográficas, seja na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 - Lei da Propriedade Industrial ou em legislação própria.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Articulação e apresentação de proposta de governo para Projeto de Lei para atualização das disposições relativas a Indicações Geográficas contidas na Lei da Propriedade Industrial (LPI).	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Realização de oficina para debater as propostas resultantes dos relatórios do "Grupo Técnico para avaliação do controle e da rastreabilidade das Indicações Geográficas" e do Diálogo Técnico de Indicações Geográficas, no âmbito do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI).	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 4 - AÇÃO 1.7: Promover diálogo, estudo e disseminação de boas práticas quanto às adoções de soluções e condições de licença relativas às patentes essenciais por meio de termos FRAND (fair, reasonable and non discriminatory), propondo condições que sejam justas, razoáveis e não discriminatórias, respectivamente, com o objetivo de aperfeiçoamento na matéria, identificação de dificuldades, opções para resolução de conflitos e outras ações pertinentes.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Realização de estudo sobre patentes essenciais a padrões tecnológicos e seus impactos sobre a concorrência.	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
EIXO 4, AÇÃO 1.8. Examinar a necessidade de atualização do regime tributário aplicável a rendimentos derivados de DPI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Contribuições à regulamentação e à implementação da Lei nº 14.596/2023, relacionadas às condições de dedutibilidade de pagamento de royalties, discutidas e enviadas à Receita Federal do Brasil.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 4, AÇÃO 1.10. Aperfeiçoar a regulamentação relacionada com DPI de setores emergentes incluindo, mas não se limitando à: internet plus, e-commerce e big data.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Proposta de minuta de decreto, em substituição ao Decreto nº 2.553/1998, com vistas à regulamentar o conceito de "patentes de interesse da Defesa Nacional", bem como definir procedimentos para análise e processamento administrativo dos pedidos de patentes enquadrados como de interesse da Defesa Nacional.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)/Ministério da Defesa (MD)/Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
EIXO 4, AÇÃO 1.13. Avaliar e propor, se necessário, adequações ao marco legal da PI, em torno de dispositivos sobre os quais não haja consenso, de forma a conferir segurança jurídica e previsibilidade.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO



Realização de tomada pública de subsídios sobre os artigos 32, 33 e 38 da Lei da Propriedade Industrial, e eventual proposição de atualização normativa.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Realização de consulta pública sobre propostas resultantes dos Diálogos Técnicos do GIPI para revisão da Lei da Propriedade Industrial, quanto a: direito de marcas no que tange o registro; direito de precedência; distintividade adquirida e registrabilidade de expressões de propaganda, e eventual proposição de atualização normativa.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Realização de tomada pública de subsídios sobre sistema de oposição e modelo de recolhimento para o registro de marcas, e eventual proposição de atualização normativa.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Criação de procedimentos técnicos para o reconhecimento da distintividade adquirida.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
EIXO 5: OBSERVÂNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA	
Descrição: Conscientizar e esclarecer a sociedade a respeito da relevância dos Direitos de Propriedade Intelectual - DPI, incluídas as vantagens de se usufruir dos DPI e os prejuízos decorrentes de sua violação, e da necessidade de promover a sua proteção adequada; fortalecer o ambiente de negócios e a segurança jurídica no Brasil, inclusive no ambiente digital, com medidas voltadas ao melhor aparelhamento e à organização dos órgãos judiciais e de fiscalização; e coordenar ações de repressão às infrações administrativas e penais contra a propriedade intelectual.	
AÇÕES PRIORIZADAS	
EIXO 5, AÇÃO 1.1: Estudar modelos e apresentar propostas, em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, para a reestruturação do sistema judiciário especializado em PI, tendo em conta as melhores práticas internacionais, com objetivo de conferir maior celeridade e especialização aos processos relacionados a PI, reduzir custos de transação e elevar a segurança jurídica do sistema.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Estudo sobre a litigância em matéria de propriedade intelectual (PI) no Brasil, incluindo pesquisa de modelos de organização do Judiciário em matérias de PI em outros países e avaliação de possibilidades de especialização do judiciário em PI no Brasil.	Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 2a Região / Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)
	
EIXO 5, AÇÃO 1.3: Estimular a especialização em PI no âmbito do Poder Judiciário.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Workshop em Propriedade Intelectual para Juízes.	Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 2a Região / Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM)
	
EIXO 5, AÇÃO 1.5: Promover encontros anuais com o Judiciário para trocas de experiências sobre jurisprudência e boas práticas quanto à temática de PI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Realização de cursos direcionados à especialização dos magistrados e peritos judiciais, visando qualificar as decisões judiciais e perícias em demandas relacionadas à violação de direitos de propriedade industrial.	Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)
	
EIXO 5, AÇÃO 2.2: Promover a coordenação de ações e iniciativas de combate à pirataria e à contrafácação por meio do fortalecimento institucional do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos contra a Propriedade Intelectual.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Inclusão de Indicações Geográficas na plataforma do Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas CNCP-INPI.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
	
Realização de treinamentos de agentes públicos para utilização da plataforma Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas CNCP-INPI.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
	
Revisão do Decreto nº 9.875/2019, que institui o CNCP, para fortalecer sua atuação.	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)
	

Instituição de Observatórios no âmbito do CNCP para atuar ativamente na identificação de crimes contra a PI.	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)
EIXO 5, AÇÃO 2.5: Integrar as bases de dados entre órgãos de fiscalização e de registro e facilitar canais de comunicação entre os titulares vítimas da pirataria e as autoridades.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Pesquisa realizada pela CNI com a base industrial para levantamento de dados e diagnóstico sobre a contrafação no Brasil.	Confederação Nacional da Indústria (CNI)
EIXO 5, AÇÃO 2.7: Adotar medidas rigorosas para coibir fabricação e venda de marcas contrafeitas, medicamentos adulterados e falsificados.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Programa nacional de combate a medicamentos falsificados, em parceria com Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA), Ministério das Comunicações (MCOM) e Secretaria de Comunicação Social (SECOM/PR).	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)
EIXO 5, AÇÃO 2.10: Ampliar as frentes de treinamentos para os órgãos policiais sobre as melhores práticas de investigação de violação de DPI por falsificação	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Workshop internacional em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) para troca de experiências entre agentes de fiscalização e inteligência.	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)
EIXO 5, AÇÃO 2.16: Adotar medidas baseadas em Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs para o combate online e offline da pirataria.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Realização de operações de combate à pirataria no ambiente cibernetico em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Cyberlab 
Ação de interrupção do comércio de produtos odontológicos em plataformas eletrônicas.	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)
EIXO 5, AÇÃO 2.19: Apoiar e monitorar a implementação da regulamentação do e-Commerce com vistas a coibir a venda e distribuição de produtos falsificados e seu contínuo aprimoramento.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Apresentação de proposta para um selo de boas práticas para plataformas de comércio eletrônico.	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) / Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP)
EIXO 6: INTELIGÊNCIA E VISÃO DE FUTURO	
Descrição: Fomentar a produção de análises prospectivas sobre o uso da PI, com o propósito de identificar tendências tecnológicas, desafios para a sua proteção sobre novas tecnologias e novas formas de se apropriar de criações protegidas por DPI e estimular o uso das bases de dados para apoiar a inovação e a economia criativa.	
AÇÕES PRIORIZADAS	
EIXO 6, AÇÃO 1.1: Disponibilizar informação de bases de PI para projetos de canalização de aptidão, competência e capacidade instalada em segmentos e setores identificados a fim de potencializar novas aplicações industriais e liderança mundial em tecnologias, convergentes e habilitadoras.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO

RESOLUÇÃO CIP/MDIC N° 10, DE 20 DE JANEIRO DE 2020 / RESOLUÇÃO CIP/MDIC N° 10, DE 20 DE JANEIRO DE 2020 / DOU / Imprensa Nacional

Construção de plataforma de informações, manipuláveis dentro de painel analítico em Power-Bl, sobre pedidos de patentes relacionados a tecnologias do setor farmacêutico depositados no Brasil a partir do ano 2000.	Grupo FarmaBrasil
EIXO 6, AÇÃO 1.2: Coordenar a realização de estudos de interesse da ENPI ou do Governo federal a partir de bases de dados de PI ou outras bases relacionadas ao tema.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Sondagem de demandas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) que envolvam base de dados e PI.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Realização de estudos de prospecção tecnológica em parceria com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 6, AÇÃO 1.5: Promover o cruzamento de dados de empresas inovadoras pesquisadas pela Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica - PINTEC com os dados dos escritórios para identificar o nível de utilização dos métodos de proteção formal da inovação.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Mapeamento do uso de métodos de proteção do conhecimento por empresas inovadoras na Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica (PINTEC).	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
EIXO 6, AÇÃO 7.3: Apoiar programas de governo para o desenvolvimento de setores estratégicos, no que diz respeito às ações que envolvam PI, subsidiando estratégias e ações desses programas:	
SUB-AÇÃO 7.3.1: Identificar e otimizar os mecanismos de investimento e capacitação para viabilizar a transferência de tecnologias com suporte técnico para a absorção da tecnologia transferida com vistas a criar e melhorar a capacidade inovadora de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionados aos setores estratégicos	
SUB-AÇÃO 7.3.3: Criar uma base de dados que contenha ativos com proteção intelectual relacionados à indústria criativa e às tecnologias em setores estratégicos, que sejam promissoras e estejam disponíveis para licenciamento, cessão ou transferência de tecnologia.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Planejamento do Matchmaking Amazônia, para promover a articulação e a interação entre entidades empresariais e científicas relacionadas ao uso de bioinsumos da biodiversidade da Amazônia.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Instituição de redes pesquisa, desenvolvimento e inovação para a Amazônia	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Lançamento da Vitrine MEC de Tecnologias	Ministério da Educação (MEC)
Apoio às missões identificadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, sob a perspectiva da propriedade intelectual em todos os seus aspectos, como ferramenta estratégica de política industrial e de inovação.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 7: INSERÇÃO DO BRASIL NO SISTEMA GLOBAL DE PI	
Descrição: Fortalecer a inserção estratégica do Brasil nos foros internacionais de PI, estimular a presença de produções culturais e de inovações brasileiras no exterior e promover ambiente de negócios doméstico favorável à atração de investimentos estrangeiros.	
AÇÕES PRIORIZADAS	
EIXO 7, AÇÃO 1.2: Aperfeiçoar os mecanismos de negociações externas e a troca de informações em PI.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Identificação de duas novas oportunidades de cooperação com Escritórios de PI estrangeiros, com intermediação de contatos para o Escritório brasileiro e de acordo com diretrizes de políticas públicas.	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Intermediação da renovação de instrumentos de cooperação técnica do INPI com congêneres internacionais, de acordo com interesse das partes e diretrizes de políticas públicas.	Ministério das Relações Exteriores (MRE)



Coordenação e relatoria da participação do Brasil na "Conferência Diplomática sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos" e na "Conferência Diplomática para celebração e adoção de um tratado sobre o Direito de Desenhos Industriais", preparadas com base nos aportes do grupo de trabalho conjunto estabelecido com as partes interessadas no Governo.

Realização de evento (IP Talks) para troca de experiências em temas de PI entre representantes do governo brasileiro e representantes de governos estrangeiros no Brasil com apoio do UKIPO.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 7, AÇÃO 2.3: Promover o intercâmbio e a cooperação em PI com organizações internacionais e países.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Prospecção e diálogos exploratórios sobre reconhecimento de Indicações Geográficas binacionais com países transfronteiriços.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Proposição de formulário unificado de marcas com países da América Latina e Caribe.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
EIXO 7, AÇÃO 2.6: Avaliar e estimular a adesão às estruturas internacionais de PI para proporcionar confiança às empresas nacionais que desejam exportar, investir e operar no exterior e às empresas estrangeiras que desejam atuar no Brasil.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Estudo de avaliação sobre conveniência e oportunidade da adesão do Brasil ao Acordo de Lisboa para a proteção internacional das indicações geográficas.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Realização de benchmarking internacional e apresentação de subsídios técnicos para o processo de internalização do Tratado de Budapeste para o depósito internacional de microrganismos para fins de exame de patentes.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Elaboração de subsídios técnicos em preparação para o processo de internalização do Tratado de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados da OMPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
EIXO 7, AÇÃO 2.7: Avaliar adesão ou expansão dos programas de compartilhamento de exames com escritórios estrangeiros.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Adesão ao Global-PPH.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Proposta de exame colaborativo de patentes com países da América Latina e Caribe.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
EIXO 7, AÇÃO 2.11: Dedicar esforços contínuos à elaboração de estudos e relatórios em conjunto com organismos internacionais e regionais de PI e de inovação.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Tradução e disseminação dos estudos desenvolvidos no âmbito do projeto "Agenda de Desenvolvimento sobre direitos autorais e distribuição de conteúdo no ambiente digital", em parceria com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
EIXO 7, AÇÃO 2.14: Promover o alinhamento do sistema de PI do Brasil com as melhores práticas e padrões internacionais.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Mapeamento de ambientes promotores de inovação no exterior, realizados no âmbito do programa "Diplomacia da Inovação", publicados a partir de 2025 com informações sobre ecossistema de PI nos países de referência.	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Piloto de capacitação em PI na fase preparatória de missões do programa "Diplomacia da Inovação"	Ministério das Relações Exteriores (MRE)
EIXO 7, AÇÃO 3.1: Promover a maior divulgação dos temas de PI em programas destinados a apoiar o exportador, por meio de:	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Revisão e atualização do conteúdo de propriedade intelectual do portal "Aprendendo a Exportar".	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Avaliação dos materiais e serviços de propriedade intelectual que podem ser agregados à loja do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) na Plataforma BraExp.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) / Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)
Realização de abordagem de propriedade intelectual no programa "Elas Exportam".	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) / Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)

Inserção de iniciativas de propriedade intelectual nas atividades da Política Nacional de Cultura Exportadora.	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
EIXO 7, AÇÃO 3.4: Integrar temas de PI em programas, projetos, eventos e materiais de divulgação e capacitação da Apex-Brasil.	
ENTREGAS	COORDENAÇÃO
Capacitação para multiplicadores da Apex-Brasil sobre a importância estratégica da PI e os serviços oferecidos pelo INPI, por meio de webinars, palestras e disponibilização de vagas nos cursos oferecidos pela Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) / Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)
Capacitação para empresas promovidas pela Apex-Brasil sobre o uso estratégico da PI como ferramenta de acesso a mercados.	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) / Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

